REFERENCIAL

RUA LUIS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-A-VELHA — TELEF. 419 81 05/30

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 13/OUTUBRO A DEZEMBRO 88/ANO4

SUMÁRIO

Editorial 3
Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril 3
Condição Militar 4
Semana Internacional do Desarmamento 5
— Intervenção do Ten. Cor. Vasco Lourenço 5
As operações de manutenção de Paz das Nações Unidas 6
1.º Encontro Ibérico de Municípios ZLAN 9
Cooperação com os PALOP 9
Visita de cosmonauta soviético à A25A 10
Deliberações da Direcção 10
Geometria Estratégica 11
Uma forma de divulgação do nosso Boletim 11
Convites recebidos 12
Carta ao Director 12
«Contraste» 12
Livros 13
Teatro 13
Ofertas à A25A 13
A Juventude e as Forças Armadas 13
Actividade desportiva/recreativa 14
Vamos aprender Bridge! 15
Notícias breves 16
Associado, participa 16

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João Caiado Gago Falcão de Campos

FOTOCOMPOSIÇÃO:
Texto e Linha

IMPRESSÃO:
IAG-Artes Gráficas, Lda.
Rua da Atalaia, 114
1200 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linhda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE:
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 Coimbra

NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santareno, n.º 2
Bairro das Nogueiras
7000 Évora

Depósito Legal N.º 22273/88

Boas Festas

A DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL DESEJA A TODOS OS SEUS ASSOCIADOS UM BOM NATAL E UM FELIZ ANO DE 1989

COMEMORAÇÕES DO 15.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Está já em curso o planeamento das Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril. A A25A pode ir tão longe quanto os associados quiserem e os meios permitirem. Através do inquérito enviado aos associados receberam-se muitas sugestões, que tendo por pano de fundo a necessidade de diversificar actividades (em termos qualitativos e geográficos) e alargá-las no tempo, reflectem a importância das seguintes áreas específicas:

1 — Definição das actividades
— culturais
— desportivo/recreativas
2 — Criação de comissões executivas
3 — Mobilização de apoios

Caso esteja interessado em participar contacte a A25A.

ATENÇÃO AUTARQUIAS, SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES E COLECTIVIDADES

A Associação 25 de Abril terá o maior prazer em divulgar neste Boletim as iniciativas relacionadas não só com as próximas comemorações do 25 de Abril, mas também quaisquer actos evocativos que consagrem e divulguem, no domínio cultural, o espírito do movimento libertador do 25 de Abril.

O próximo número deste Boletim sairá na primeira quinzena do próximo mês de Março, pelo que, qualquer pedido de divulgação terá de ser enviado a esta Associação até ao dia 15 de Fevereiro de 1989.

REVISÃO DOS ESTATUTOS E DO REGULAMENTO INTERNO

Apesar de ter terminado o prazo inicialmente indicado para a apresentação de propostas de alteração aos Estatutos e Regulamento Interno em 30 NOV, continuamos abertos à recepção de alterações que os associados desejem introduzir, após aquela data.

A discussão e aprovação das alterações terá lugar em 15 de Março de 1989, aquando da realização da Assembleia Geral Ordinária.

De salientar que «as propostas de alteração aos Estatutos ou ao Regulamento Interno deverão ser feitas por escrito e subscritas por um número de 200 sócios efectivos dos quais 100 são obrigatoriamente sócios fundadores» (n.º 8 do art.º 20.º do Regulamento Interno).

«AS LUTAS ACTUAIS PELA QUALIDADE DE VIDA»

A Associação 25 de Abril leva a efeito no Espaço CESL (R. Almirante Barroso, 3, Lisboa, junto ao Largo D. Estefânia) no dia 28 de Janeiro de 1989, às 21.00 horas, a realização de uma sessão subordinada ao tema «AS LUTAS ACTUAIS PELA QUALIDADE DE VIDA».

Serão ainda apresentados os seguintes subtemas:

— A defesa da cidade
— Respeito pela memória e quadro de vida na cidade
— Melhorar as condições de vida dos cidadãos
— A qualidade de vida e os problemas europeus.

A sessão terminará com uma fase de debate sobre os temas apresentados.

GRAVURA DA CAPA: CARLOS RAFAEL

EDITORIAL

Neste Natal de 1988, época em que é da tradição desejar paz na terra aos homens de boa vontade, vem a A25A fazer um apelo a todos os seus associados. Um apelo que ainda não é de desespero, mas por enquanto de esperança.

A actual Direcção tem promovido diversas iniciativas para chamar os seus associados à participação. Umas com maior êxito do que outras, têm representado um grande esforço para os poucos que ainda parecem acreditar que a nossa Associação é uma presença indispensável na actual sociedade portuguesa.

Todas essas iniciativas têm obedecido a uma característica comum: serem realizadas em colaboração com outras entidades que dispõem de meios fora do alcance da A25A e que os têm graciosamente posto à disposição da Associação.

É pois nessas condições de rigor financeiro que a A25A mesmo assim se encaminha para uma situação económica difícil, fruto unicamente de uma circunstância: um número significativo de associados não cumpre a sua obrigação de pagador pontual das suas quotas. É certo que na sua grande maioria o fazem por esquecimento ou mero desleixo. Uma vez que a Associação não dispõe de cobradores para irem junto dos associados efectuar a cobrança das quotas, deveria competir aos associados, que não tenham escolhido o desconto automático por conta bancária, a iniciativa de vir à Associação proceder ao respectivo pagamento. O que na grande maioria dos casos não é feito.

Também na grande maioria, quando contactados por membros da Direcção, prontamente saldam as suas dívidas. Só que os nossos associados são felizmente muitos, e não é possível ir pessoalmente lembrar-lhes o cumprimento das suas obrigações!

Apela-se pois a todos os nossos associados que se encontrem nessas condições, se não desejam ver caminhar a A25A para uma situação financeira muito difícil, que a prazo levaria à sua própria extinção, para procederem com urgência ao pagamento das suas quotas em atraso, condição indispensável para a sobrevivência da Associação.

Apela-se ainda aos associados mais cumpridores, para colaborarem activamente na cobrança dessas quotas em atraso, oferecendo-se para, nas respectivas esferas de actuação, lembrarem aos mais esquecidos o atempado cumprimento das suas obrigações.

COMEMORAÇÕES DO 15.º ANIVERSÁRIO DO 25 de ABRIL

Pretende a Associação 25 de Abril levar a cabo um conjunto de manifestações diversificadas que se enquadrarão no objectivo único de comemorar condignamente a Revolução dos Cravos.

Para além do seu carácter político (subjacente à celebração de uma data que, pela restauração da Democracia, modificou por completo a vida de todos os portugueses), entendemos que essas comemorações são também um acto de cultura e um acto de liberdade.

Um acto de cultura porque correspondem ao evocar de um facto recente de indiscutível importância nacional, que abriu novas e largas perspectivas ao relacionamento interno e externo e permitiu que as nossas raízes culturais se revigorassem.

Um acto de liberdade porque as comemorações, que se pretende venham a ter um carácter o mais abrangente possível, dependerão fundamentalmente da livre adesão de cada um que, em sua consciência, decidirá se quer ou não a elas aderir e se o 25 de Abril tem ou não algum significado positivo, que mereça ser recordado.

É nossa intenção procurar congregar, em torno dos valores do 25 de Abril, todas as entidades singulares, colectivas e oficiais por forma a que, quer a nível nacional quer a nível internacional (especialmente junto dos Países de Língua Oficial Portuguesa — PALOP's e dos emigrantes), seja possível levar a efeito comemorações não apenas de carácter evocativo mas que tenham como base a plena consciencialização dos seguintes pontos:

— O 25 de Abril, é um processo inacabado por não terem ainda sido atingidos na sua plenitude os ideais que o enformaram. Só com o empenhamento de todos os portugueses será possível alcançar a plena concretização desses ideais (nomeadamente o desenvolvimento harmónico e equilibrado do país, que nada tem a ver apenas com o mero crescimento económico).

— O 25 de Abril, como abertura ao Mundo, constitui não apenas forma de preservação da nossa identidade nacional mas também uma fonte de enriquecimento cultural e social.

— A actual realidade política é consequência directa do 25 de Abril e não seria possível sem ele.

— O 25 de Abril tem de ser compreendido, no seu verdadeiro significado, pela Juventude. Ela é o futuro. E a ela cabe consolidar os caminhos da Liberdade e da Democracia. Porém não o poderá fazer se desconhecer todas as transformações sofridas pela sociedade portuguesa, se não tiver perfeito conhecimento do significado dessa data histórica. É indispensável, pois, esclarecê-la.

— O 25 de Abril é, e terá de continuar a ser, um acto festivo, de alegria, de imaginação e de participação em que se irmanarão todos aqueles que desejam um futuro melhor para Portugal.

Entendemos, por isso, que o conjunto de manifestações comemorativas deve visar:

a) — A manutenção do espírito do 25 de Abril, vivo e actuante, particularmente nas suas vertentes de Liberdade e Democracia.

b) — A consciencialização dos direitos do cidadão, tendendo à eliminação da auto-censura, do medo de pensar e de falar, e ao desenvolvimento do espírito de livre iniciativa.

c) — A evocação dos valores culturais, nomeadamente a liberdade de criar traduzida na verdadeira explosão criativa que o 25 de Abril desencadeou.

d) — Despertar os associados para os objectivos da Associação 25 de Abril, levando ao desenvolvimento da sua actividade estatutária.

Propomo-nos, ainda, e dentro do possível, estimular e apoiar iniciativas de outras entidades que concorram para a mesma finalidade que visamos: Valorizar Abril e reunir nas suas comemorações todos os portugueses.

CONDIÇÃO MILITAR

Imediatamente a seguir à revisão da Constituição, foi aprovada e promulgada a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, criando-se assim a ideia de que se pretendia regularizar rapidamente a situação naquelas áreas, decorrente da referida revisão. Passados que são seis anos sobre essa data, o facto é que continua a verificar-se a inexistência de uma série de leis e regulamentos que enformem devidamente a «condição militar». Desde logo as que estabeleçam os estatutos dos Sargentos, das Praças e dos Civis das Forças Armadas.

Ao longo destes seis anos — e não só, pois já antes esse argumento foi bastante utilizado — a justificação avançada, para a não aprovação da necessária legislação, foi sempre a mesma: «em primeiro lugar terá que aprovarse o Estatuto da Condição Militar».

Com efeito, dos vários assuntos que a própria Lei de Defesa Nacional impunha fossem revistos e aprovados constava o referido Estatuto.

Mas o facto é que, apesar do prazo estipulado nessa Lei ser o de 16DEZ83, para uns casos, e o de 16JUN84, para outros, até hoje pouco se tem avançado. De realçar, aliás, que se tem verificado uma maior preocupação em aprovar legislação que dê resposta a questões mais «políticas» (de que é exemplo a Objecção de Consciência e o Serviço Cívico) e menor em relação a assuntos mais especificamente militares (onde se incluem, para além dos estatutos já referidos, o Código de Justiça militar, o Regulamento de Disciplina Militar, o exercício do direito de recurso ao Provedor de Justiça, e outros assuntos igualmente importantes.

Surgiu agora um novo projecto de lei sobre o Estatuto da Condição Militar. Da autoria do Governo, está na Assembleia da República para discussão e aprovação.

Ao tomarem conhecimento dessa situação, desde logo era lícito que os interessados admitissem que iria finalmente (ainda que cinco anos após o prazo legalmente previsto) elaborar-se a lei que serviria de base às que tanto têm sido postergadas e tanta falta fazem, a uma maior defesa dos direitos individuais dos cidadãos militares.

Pura ilusão! Ao analisar-se o projecto, cria-se a convicção de que com a apresentação do mesmo se pretende apenas calar a má consciência de demora tão grande e acabar com a acusação de que nada se avança. Convicção que se reforça pelo facto de a proposta nada dizer, de fundamental, e não permitir a aprovação de quaisquer leis, com base no seu conteúdo. É, efectivamente, nossa convicção que, «arrumado o assunto» dessa maneira, dificilmente se avançará na aprovação de estatutos justos e necessários, como os referidos.

Tudo isto agravado com o facto de retirar da discussão pública o debate dos temas mais importantes e, por isso mesmo, mais polémicos. Com efeito, se a Assembleia da República se limitar a elaborar um projecto da natureza do que tem em discussão, o Governo ficará com as mãos livres para aprovar, num âmbito claramente mais fechado e «secreto», as normas que mais lhe convier impor aos militares, enquanto cidadãos individuais que são, com o argumento falacioso da defesa da organização militar. E duvidamos bastante de que nessa situação, os principais responsáveis militares venham a — em nome de um falso interesse para a Instituição Militar — opor-se aos desígnios do Governo...

Em nossa opinião, para a elaboração de um estatuto destes, quatro soluções eram possíveis:

— Elaboração de um Estatuto global, onde se tratasse da condição militar em toda a sua dimensão. Estatuto esse que deveria ser complementado pelos Estatutos dos Ramos e serviria de base à restante legislação que, neste âmbito, se impõe elaborar.

— Elaboração de um Estatuto sintético e condensado, que tocaria ao de leve, nem que fosse apenas por simples enunciação, todos os aspectos da condição militar, a desenvolver nos Estatutos dos Ramos.

— Elaboração de um Estatuto (?) que aflorasse apenas alguns assuntos, mas em que se aproveitasse a ocasião para incluir assuntos de interesse para a Administração e para os administrados.

— Elaboração de um Estatuto (?) que aflorasse apenas alguns assuntos, não discordante dos actuais Estatutos dos Ramos, mas que introduzisse algumas alterações ou novas disposições, em ordem à satisfação da óptica da Administração.

Pessoalmente, consideramos que se deveria enveredar pela primeira das soluções possíveis, ainda que consideremos a segunda igualmente capaz de responder às necessidades. É evidente que qualquer delas seria bastante mais trabalhosa que as outras.

No entanto, que solução seguiu o Governo? A quarta, ou seja, em nossa opinião, a pior de todas. O que, adiante-se desde já, não nos surpreendeu muito!...

Perante a posição atrás exposta, consideramos que não devemos entrar numa análise minuciosa da mesma.
Julgamos, no entanto, ser de chamar a atenção para alguns aspectos que nos alertaram sobremaneira:

— Grande cuidado em referir os deveres dos militares, sem a correspondente referência aos direitos.

— Enunciado minucioso dos poderes dos chefes militares, sem a referência às consequências resultantes duma má utilização dos mesmos, nomeadamente quando existir abuso de poder.

— Grande preocupação em abrir uma porta para cercear e controlar os militares, mesmo se na reserva, que exerçam actividades de natureza política ou sindical (está-se mesmo a ver o que será considerado, ou não, político, pelos chefes militares!).

— Continuação de uma grande indefinição — conveniente para quem quer continuar a interpretar a seu belo prazer o que se considera político, e como tal está incluído nas restrições ao exercício dos direitos, liberdades e garantias dos militares em serviço.

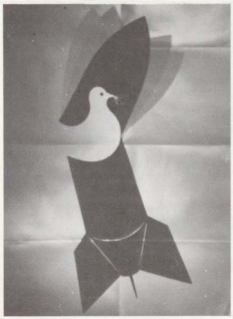
— Ausência de direito de associação, aos vários níveis e nas várias situações, dos militares nas Forças Armadas.

— Insuficiência e pouca clareza, no que se refere aos princípios orientadores das carreiras militares.

— Confusão, que pode abrir a porta a situações muito delicadas, no que se refere à justiça e disciplina militares.

Enfim, confiemos que a Assembleia da República saiba discutir um assunto de tanta importância e imponha um consenso alargado, não deixando abertas as portas à arbitrariedade, mas criando, cada vez mais, as condições necessárias para a dignificação das Forças Armadas Portuguesas, num verdadeiro Estado democrático e livre. E essa dignificação apenas será possível se os seus membros (militares e civis), como seres humanos individuais, forem igualmente dignificados.

Vasco Lourenço



SEMANA INTERNACIONAL DO DESARMAMENTO

AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

No dia 27 de Outubro realizou-se no espaço CESL, em Lisboa, conforme fora previamente anunciado no último Boletim, uma sessão subordinada ao tema «AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS» integrada na Semana Internacional do Desarmamento promovida pela Organização das Nações Unidas.

À sessão assistiram vários membros do Corpo Diplomático (Guiné-Bissau, Polónia, Austrália, Jugoslávia, Cuba, Angola, Perú, Índia e RDA) bem como individualidades de diversos quadrantes políticos e outras entidades.

A sessão foi precedida da exibição do filme «Entre dois fogos» relacionado com a actividade das Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

A abrir a sessão, o presidente da Associação 25 de Abril Tenente Coronel Vasco Lourenço proferiu as palavras que se transcrevem na íntegra.

Do orador principal, Dr. Beja Santos, igualmente transcrevemos a respectiva comunicação.

O Director do Centro de Informação das Nações Unidas, Dr. António Muiño, fez o ponto da situação das iniciativas levadas a cabo na Semana Internacional do Desarmamento ao mesmo tempo que realçava o papel da ONU no esforço de procura e manutenção da paz mundial.

A fase de debate teve ainda a participação de representantes da Associação de Juristas Democratas, do Embaixador da Índia, associados Martins Lopes e Pezarat Correia, Dr. António Muiño, Dr. Beja Santos e representante do Embaixador de Angola.

Integrada na mesma sessão, foi feita uma exposição alusiva ao tema no átrio do Espaço CESL.

De salientar que esta foi a primeira iniciativa realizada no espaço CESL na sequência do protocolo de cedência de instalações assinado entre a A25A e o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa.

INTERVENÇÃO DO TEN. COR. VASCO LOURENÇO NA SESSÃO

Em primeiro lugar, os nossos agradecimentos pela vossa presença.

Só ela justifica e dá força à iniciativa que a A25A, em colaboração com o Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, decidiu organizar.

A paz é, hoje, a aspiração maior do ser humano.

Quando da fundação das Nações Unidas em 1945, a principal das finalidades apontadas, como justificação dessa fundação, foi a da obtenção de «um mundo em paz».

As Nações fundadoras unidas contra a Alemanha nazi e os seus aliados, mostravam-se determinadas a evitar, que jamais se repetissem matanças e sofrimentos como os que acabavam de se verificar. Para isso, expressavam na Carta das Nações Unidas a sua determinação em preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra. Comprometendo-se a praticar a tolerância e a viver em paz como bons vizinhos, a unir as suas forças para a manutenção da paz e da segurança internacionais, e a assegurar que a força armada apenas será utilizada em serviço do interesse comum.

Boas intenções e melhores declarações, poderemos hoje afirmar.

O facto é que os conflitos armados nunca mais pararam, ainda que se não tivesse verificado um 3.º conflito generalizado.

Apesar de tudo, as Nações Unidas têm sido solicitadas, por diversas vezes durante os 43 anos da sua existência, para evitarem que uma situação perigosa degenere em guerra; para persuadirem os contendores a recorrerem a negociações antes de utilizarem as armas; para contribuirem para restabelecer a paz ou, no mínimo, para porem fim à luta quando essa se desenvolve.

Apesar de frustração e revezes, o facto é que a ONU tem desenvolvido essa sua acção de procura e manutenção da paz e tem obtido alguns sucessos. Procurando utilizar os métodos mais apropriados para cada questão concreta.

Hoje, quando se comemora a Semana Internacional do Desarmamento, consideramos oportuno organizar esta sessão, subordinada ao tema «As Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas». Sessão que decidimos levar a efeito antes da atribuição do Prémio Nobel da Paz às «Forças de Manutenção da Paz, da ONU».

Se algumas dúvidas se poderiam levantar, quanto à actividade do tema desta sessão, a decisão da atribuição de tão elevado e prestigiado galardão a um dos instrumentos de que a ONU se serve para a sua procura de um mundo em paz, é a melhor prova de que estávamos certos ao decidir organizar esta sessão.

O 25 de Abril foi um acto de paz.

Os seus autores, defensores e continuadores — mulheres e homens de Abril — são defensores de um mundo em paz. Procurando contribuir, dentro das suas possibilidades, para que esse desejo se transforme em realidade.

Para introduzir o debate, que esperamos seja animado e profícuo, temos o prazer e a honra de ter connosco dois estudiosos e militantes da causa da paz.

A eles os nossos sinceros agradecimentos.

VASCO LOURENÇO

AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

A celebração anual da Semana Internacional do Desarmamento, que coincide com o próprio aniversário da criação das Nações Unidas, tem sido motivo de convite aos Estados e organizações governamentais e não governamentais para que desenvolvam os temas do perigo da corrida armamentista, da necessidade de lhe pôr termo, e de uma maior divulgação das tarefas imediatas que se colocam na área do Desarmamento.

Falar hoje de paz e de desarmamento já não pode ser entendido como uma forma de «ameaça menor» à sobrevivência da nossa sociedade ou ao enfraquecimento dos seus valores culturais ou morais. É a própria sobrevivência da Humanidade que está em perigo se não assumirmos o papel que nos cabe de preservar a paz como forma de velar pelo futuro dos nossos filhos.

O próprio conceito de desarmamento é já comummente reconhecido como o princípio do Direito Internacional Público para tempo de paz que abrange a proibição, limitação e regulamentação de certos tipos de armamentos. É assim uma forma pragmática de estabelecer um equilíbrio entre as principais potências militares e daqui partir para outras formas de cooperação.

As Nações Unidas têm vindo a proclamar os Decénios do Desarmamento, encontrando-nos no final do Segundo Decénio, para o qual foram estabelecidos os seguintes objectivos:

— Deter e inflectir a corrida armamentista, especialmente a corrida às armas nucleares;

— Celebrar e aplicar acordos eficazes sobre desarmamento que contribuam de forma significativa para o desarmamento geral e completo sob um controle internacional eficaz;

— Desenvolver com condições de equidade os resultados já obtidos na área do desarmamento, no Decénio de 1970;

— Destinar uma parte substancial dos recursos libertados como resultado das medidas do desarmamento para promover os objectivos do Decénio das Nações Unidas para o Desarmamento; e

— Fortalecer a paz e a segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

O tema que nos propomos tratar insere-se neste último objectivo e por rara felicidade coincidiu com a atribuição do Prémio Nobel da Paz às Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Ora, já era generalizado o optimismo provocado pelos êxitos alcançados pela ONU na tentativa de resolução de diversos conflitos regionais. É que a melhoria de relações entre os EUA e a URSS levou as duas superpotências a voltarem-se cada vez mais para a ONU num esforço de procurar soluções para alguns conflitos. Foi assim que a ONU se tem vindo a envolver no estabilamento de tensões no Afeganistão, no Golfo Pérsico, na África Austral, no Kampuchea, no Saara Ocidental e em Chipre.

Tropas das Nações Unidas, de capacete azul, já se encontram a verificar a retirada de contingentes soviéticos do Afeganistão e o cessar-fogo entre o Irão e o Iraque, enquanto prosseguem as suas antigas missões no Médio Oriente e em Chipre.

A Mesa que presidiu à Sessão

A atribuição do Prémio Nobel de 1988 a estas forças, distingue os cerca de dez mil soldados que actualmente cumprem sete operações diferentes sob o estandarte da ONU.

Para o Secretário-Geral da organização, Javier Pérez de Cuéllar, premeia também os cerca de 500 mil soldados de 58 países que participaram nos esforços de manutenção da paz da ONU desde que estes principiaram em 1948, e ainda os 733 boinas azuis e capacetes azuis que desde então foram mortos em missão.

Justificando a atribuição do Nobel da Paz, o Comité Nobel sublinhou terem estes soldados da paz «um papel significativo na redução do nível do conflito, mesmo quando as causas fundamentais das lutas se mantêm, o que frequentemente acontece», referindo ainda «sob condições extremamente difíceis, têm contribuído para reduzir as tensões onde foi negociado um armistício mas ainda não foi firmado um tratado de paz».

Um prestigiado historiador português e hoje director de «vespertino», o dr. José Hermano Saraiva, reagindo no próprio dia à notícia da concessão do Nobel aos soldados da ONU, teceu em editorial elogiosas considerações que pelo seu inegável recorte literário nos permitimos destacar:

«O Prémio Nobel não foi dado a um político, a um pensador, sequer a uma organização. Mas sim à própria ideia de uma guerra contra a guerra. À nobreza cívica que é aceitar morrer pela paz. Mais: à evidência de que não basta premiar pessoas, planos, exemplos. Mas sim acções operacionais... Eles usam capacetes azuis, mas esse ornamento é o menos significativo. O que julgo essencial é isto: os homens começam a organizar as armas que hão-de tornar impossíveis as guerras... Os Capacetes Azuis são um exército sem inimigo. São amigos de uns e de outros. Só exigem que o ódio mortal se transforme em sangue fraterno... São eles os combatentes que estão no meio, expostos ao fogo de ambos os campos».

Por paradoxal que pareça, a existência de forças de manutenção da paz das Nações Unidas não se encontra especificamente contemplada no texto da Carta da ONU, mas não há dúvida que elas têm sido consideradas ao longo dos anos como um instrumento de controle de conflitos e de para estes propor a adopção de soluções pacíficas.

A carta só atribui à organização o dever de preservar a paz. No entanto, e perante o direito de veto dos 5 grandes, e o direito de voto dos directamente interessados, foi logo vaticinado no começo do decénio de 50 que nessa combinação de veto e voto se escondia um germe de paralisia altamente nocivo para a institucionalização dos novos mecanismos de paz. Consciente disso, o primeiro Secretário-Geral, Trygve Lie, que exerceu o seu mandato entre 1946 e 1953, acentuou lapidarmente que «As Nações Unidas não estão preparadas para actuar como árbitro das grandes potências. Foi fundada sob a assumpção básica de que existiria acordo entre os membros permanentes do Conselho de Segurança nos principais problemas».

Questões posteriores como o desembarque do Suez, a descolonização do Congo, o problema de Chipre e da Rodésia haveriam de mostrar as contradições dos instrumentos de preservação da paz contidos na carta.

O primeiro objectivo das Nações Unidas vem assim expresso na Carta no art.º 10.º: «Manter a paz e a segurança internacionais, e, para isso, tomar em conjunto medidas efectivas para evitar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão ou outras quaisquer violações da paz e chegar, por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do Direito Internacional, a um ajustamento ou solução dos litígios ou situações que possam levar a uma perturbação da paz».

Para levar à prática o objectivo que acaba de se mencionar, a Carta das Nações Unidas definiu medidas concretas que se encontram especificadas nos capítulos VI «Solução pacífica de conflitos» e VII «Procedimento em caso de ameaça à paz, violação da paz e acto de agressão». O Capítulo VI vela por que as disputas entre nações litigantes sejam canalizadas para o Conselho de Segurança ou Assembleia-Geral, por forma a que sejam encontradas vias de resolução pacífica ou métodos de ajustamento entre as partes. Neste contexto, a acção do Conselho de Segurança limita-se a fazer recomendações, privilegiando a solução dos diferendos directamente entre as partes e numa base voluntária.

Ora, se os meios previstos no Capítulo VI se mostrarem insuficientes e as disputas evoluírem para um conflito que ponha em perigo a paz e a segurança internacionais, entram em acção as medidas contidas no Cap. VII. Aqui prevê-se que quando o Conselho de Segurança reconhece «a existência de qualquer ameaça à paz, violação da paz ou acto de agressão...» (art.º 39.º), podem ser tomadas certas medidas num esforço para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Assim, o Conselho deve, segundo o art.º 42.º, decidir «sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas deverão ser tomadas para tomar efectivas as suas decisões, e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofónicos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas».

Caso as medidas tomadas no âmbito do art.º 42.º se mostrarem inadequadas, o Conselho de Segurança poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a acção que julgar necessário para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal acção poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte de forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

Desalientar que os planos para a aplicação das forças armadas como reforço da acção são determinados pelo Conselho de Segurança «com a assistência da Comissão do Estado-Maior» (art.º 45.º).

As medidas contidas nos art.ºs 41.º e 42.º constituem o cerne do sistema de segurança colectiva gizado na Carta de S. Francisco para assegurar a manutenção da paz e a segurança internacionais. Facilmente se verifica que neste sistema de segurança colectiva é essencial o papel reservado aos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança (China, França, URSS, EUA e Reino Unido) que lhes concede direito de veto para as questões não processuais ou substantivas e ainda o controle de actividades da Comissão do Estado-Maior, que é constituída exclusivamente pelos seus representantes militares. Consequentemente, o sistema de segurança colectiva das Nações Unidas, e em especial os mecanismos principais de utilização da força, só podem funcionar se houver completo acordo e cooperação entre as grandes potências. Mas isto que era uma condição prévia e essencial ao bom funcionamento do sistema, e que chegou a existir na arrancada vitoriosa da 2.ª Grande Guerra, rapidamente entrou em colapso.

Assim, a inaplicabilidade do Cap. VII veio criar um vácuo que só seria preenchido pelas denominadas «operações de manutenção de paz», que na feliz expressão do Secretário-Geral Dag Hammerskjöld, que exerceu o seu mandato entre 1953 e 61, teriam de ficar inseridas num capítulo «seis e meio» da Carta da ONU. Ou seja, dentro do espírito do art.º 40.º que prevê serem tomadas medidas para prevenir o agravamento de situações de conflito.

Nos últimos tempos, como as relações entre as superpotências melhoraram e se assiste a um clima de desanuviamento internacional, os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança, mostraram já interesse em ressuscitar os mecanismos coercitivos contidos na Carta.

A intervenção das forças de manutenção da paz pode ser consequência da iniciativa de um ou mais Estados-membros ou do próprio Secretário-Geral. No entanto, a realização da operação depende da reunião conjunta de três condições: primeiro, a que as partes envolvidas em litígio aceitam tal disponibilidade; a segunda, que esta tenha uma ampla aceitação na comunidade internacional, por forma a reunir o número de votos favoráveis no Conselho de Segurança; e a terceira, que os Estados-membros ofereçam voluntariamente as tropas necessárias.

Se o Conselho de Segurança votar favoravelmente a operação (para o que necessita pelo menos de 9 votos favoráveis dos 10 membros eleitos e da não existência de veto dos 5 Grandes), o Secretário-Geral deverá apresentar rapidamente, em regra no prazo de 24 horas, um relatório ao Conselho sobre o modo de realização da operação que com a sua aprovação definirá os termos em que se processa o fornecimento dos contingentes e o suporte de encargos. Cabe aqui referir que a intervenção na Coreia, em 1950, de uma força internacional, não é considerada uma operação de manutenção de paz porque não estava sob o controle directo da ONU e não se baseava no consentimento das partes em litígio. Neste caso, foi o Conselho de Segurança que recomendou aos Estados-membros que fornecessem toda a assistência à República da Coreia do Sul que acabava de ser invadida por forças vindas da Coreia do Norte, isto apesar da ausência da União Soviética no Conselho de Segurança.

Após situarmos no tempo e na estrutura da Carta da ONU o aparecimento das forças de manutenção da paz, vejamos como se tem processado a sua actividade até aos nossos dias.

É de salientar que existem dois tipos de operações de manutenção de paz: as missões de observadores militares das Nações Unidas, os boinas azuis, e as forças de manutenção da paz das Nações Unidas, os capacetes azuis.

As missões de observadores militares são compostas de oficiais desarmados que a pedido do Secretário-Geral se colocam à disposição das Nações Unidas por Estados-membros que as partes em conflito consideram imparciais. As funções de uma missão de observadores consiste em verificar e dar conhecimento ao Secretário-Geral sobre o acatamento do cessar-fogo e investigar eventuais violações e fazer um esforço para a melhoria das situações de litígio.

As forças de manutenção da paz são compostas por contingentes de tropas armadas fornecidas pelos Estados-membros.

Normalmente estas forças ajudam a impedir o reatamento do confronto, restabelecem e mantêm a lei e a ordem, e promovem o retorno às condições normais. Com esta finalidade, e sempre que seja necessário, autorizam-se as forças de manutenção da paz a recorrer à negociação, à persuasão, à observação e verificação dos factos. Destacam patrulhas ou interpõem-se fisicamente entre os contentores, devendo manter permanentemente completa imparcialidade e evitar toda a actividade que possa influenciar as pretensões ou as posições das partes em conflito.

As sete operações das Nações Unidas actualmente em curso são as seguintes:

Missões de observação («boinas azuis»):

- **Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO)** — missão constituída na Palestina em Junho de 1948 pouco depois da constituição do estado de Israel para vigiar a aplicação dos acordos de paz israelo-árabes. Conta cerca de 300 homens de 18 países.
- **Grupo de Observação Militar da ONU na Índia e no Paquistão (UNMOGIP)** — iniciou em Janeiro de 1949 a supervisão do cessar-fogo entre a Índia e Paquistão, pouco depois da independência de ambos, nos estados vizinhos de Jammu e Cachemira. Integra 37 oficiais de oito países.
- **Missão de bons ofícios da ONU no Afeganistão e no Paquistão (UNGOMAP)** — saiu dos acordos de Genebra sobre o Afeganistão de Abril passado, cuja aplicação procura supervisar com os seus 50 homens de dez países.
- **Grupo de observadores militares da ONU para o Irão e o Iraque (UNIMOG)** — a mais recente missão de observação da ONU, composta por 300 elementos de 24 países, supervisa o cessar-fogo na guerra do Golfo, que entrou em vigor em 20 de Agosto último.
- **Forças de manutenção de paz («capacetes azuis»):**

(Continua na página seguinte)

Uma vista parcial da assistência à Sessão

(Continuação da página anterior)

• **Força da ONU para a manutenção de paz em Chipre (UNFICYP)** — criada em Março de 1964, esta força ganhou nova importância com a partilha da ilha em 1974 e mantém uma zona tampão entre as partes grega e turca, divididas pela «linha verde», com os seus 2 127 homens de oito países.

• **Força da ONU encarregada de observar a separação (UNDOF)** — presente nos montes Golã desde 1974, esta força de 1 300 homens de quatro países pode terminar a sua missão em 30 de Novembro caso não seja renovado o mandato. Controla uma zona desmilitarizada em território ocupado por Israel à Síria.

• **Força interina da ONU no Líbano (UNIFIL)** — a mais conhecida — por mais castigada — força da ONU encontra-se no Sul do Líbano desde Março de 1978 após a primeira incursão israelita no país vizinho. Conta 5 778 militares de nove países.

• A **ONU** montou mais oito operações, dadas entretanto como findas, quatro de observação e outras tantas de manutenção de paz. Assim, o primeiro contingente de «capacetes azuis», baptizado como **Força de Emergência da ONU (UNEF I)**, foi enviado em Novembro de 1956 para o Canal do Suez e para a Península do Sinai, para supervisar a cessação de hostilidades entre forças de países ocidentais e o Egipto. Mais tarde, foi «reconvertida» para separar soldados israelitas e egípcios. A **ONUC** foi enviada para o Congo (Zaire) em 1960 e aí permaneceu quatro anos, na fase da retirada belga e nos primeiros anos da independência.

Entre Outubro de 1962 e Abril de 1963, 1 500 «capacetes azuis» mantiveram a paz na Nova Guiné Ocidental, actual Irião Ocidental, durante o período final da administração colonial holandesa e a transição para a soberania da Indonésia. Finalmente, a **UNEF II** funcionou entre Outubro de 1973 e Julho de 1979 para supervisar o cessar-fogo israelo-egípcio no Suez e no Sinai.

Missões de observação decorreram no Líbano (1958), Iémene (1963/64), Índia-Paquistão (1965/66) e República Dominicana (1965/66). Pretendemos agora fazer ressaltar duas alterações significativas no contexto internacional que poderão vir a ter, ou já estão a ter, influência na evolução das operações da manutenção de paz. Trata-se do novo posicionamento das superpotências.

A União Soviética, após se ter mantido à distância das negociações de paz das Nações Unidas, mudou radicalmente de política com a liderança Gorbatchov.

Encontra-se já a pagar a sua quota-parte no custo das operações de paz do ano transacto, defendendo também que a ONU deveria ter no futuro um papel mais preponderante na resolução dos conflitos regionais do Terceiro Mundo.

Também no passado mês de Setembro a Administração Reagan prometeu pagar os 466 milhões de dólares que deve à ONU, reflexo de uma nova atitude com a organização do Palácio de Vidro. Tal posição foi tornada pública por Richard Wilmson, Subsecretário de Estado para as Organizações Internacionais, o qual especificou estar a sua Administração a adoptar uma aproximação em duas frentes no sentido de financiar as acções das Nações Unidas, ao concordar em fazer novas operações de manutenção de paz, ao mesmo tempo que mantém a sua contribuição regular.

Com estes novos dados julgamos que estão criadas as condições para que as expectativas de esperança apresentadas pelo actual Secretário-Geral na celebração do 40.º aniversário da organização, em S. Francisco, em Junho de 1985, se realizem. Ele declarou na altura: «Oficiais norte-americanos e soviéticos serviram no passado e servem actualmente nos grupos de observação que fazem parte dos esforços das Nações Unidas para a manutenção de paz. Estes esforços poderiam ser mais eficazes se em alguns casos se incluíssem — nos contingentes efectivos da manutenção de paz os próprios soldados norte-americanos e soviéticos que já lutaram juntos para obter a vitória na 2.ª Guerra Mundial. Isto até agora nunca se conseguiu, mas tal estaria completamente de acordo com as finalidades da carta da ONU».

«O papel de mediador de paz das Nações Unidas crescerá indubitavelmente se ambas as superpotências se empenharem na resolução das questões regionais em vez de as tentarem explorar», quem o afirmou foi Ole Algard, norueguês que exerceu as funções de Presidente do Conselho de Segurança durante a guerra israelo-árabe de 1973. Qual é, então, a vulnerabilidade das forças de paz? Interroguemo-nos a tal título sobre a natureza e limites do próprio sistema instituído para as operações de manutenção de paz.

Trata-se de um sistema operacional de assistência à paz e de apaziguamento das tensões internacionais. Como sistema de assistência à paz está-lhe vedado impor-se pela força, actuando na base estrita do consenso entre as partes interessadas, e privilegiando a actuação diplomática e uma grande flexibilidade de actuação. Este enquadramento corresponde à inexistência de um sistema de segurança colectiva, debilidade essa, aliás profusamente demonstrada aquando da primeira intervenção das forças de manutenção da paz na crise do Suez.

Como factor de redução das tensões internacionais, as operações de manutenção de paz desenvolvem aquilo que Dag Hammerskjöld chamou diplomacia preventiva, isto é, têm uma função de localização dos conflitos e, se possível, de neutralização dos mesmos, face à competição permanente das grandes potências.

Bem curiosa é a crise subjacente à formação das forças de manutenção da paz, cuja análise gostaríamos de partilhar convosco.

Ela subentende fundamentalmente uma crise política das próprias Nações Unidas, uma crise financeira e uma tentativa de codificação do sistema.

Como exemplo de crise política nada melhor que destacar aquilo que foi em 1960 a intervenção das forças de manutenção da paz no Congo. Os objectivos inicialmente previstos eram os seguintes: estabelecimento da ordem, a retirada das tropas estrangeiras e preservação da independência política e integridade territorial do país. Apesar destas finalidades terem sido atingidas, registou-se abruptamente uma profunda alteração interna que fez com que as forças da ONU tivessem que tomar medidas que afectavam interesses de elementos permanentes do Conselho de Segurança. Esta situação pode vir a repetir-se se acaso os mecanismos de paz contidos no articulado que cria o Conselho de Segurança não forem assumidos na sua plenitude pelos seus 5 membros permanentes.

Como exemplo da crise financeira, apoiamo-nos no próprio relatório do Secretário-Geral da ONU, divulgado em Setembro último, no qual sublinhou que a Organização «está ameaçada de insolvência nos próximos meses, o que poderá impedi-la de montar novas operações de paz, eventualmente necessárias». De salientar que existe uma proposta de operação para a independência da Namíbia que custará 700 milhões de dólares e que a pequena equipa de observação enviada em Agosto para o Golfo Pérsico terá um custo previsto para os primeiros 6 meses de 75 milhões de dólares. Esta situação poderá apresentar-se paradoxal, isto é: a ONU não ter meios de pagar a paz que em vários locais acaba de negociar.

Como tentativa de codificação do sistema, a questão que se coloca é de saber se o método utilizado para a manutenção da paz é o melhor ou o único possível. Na verdade, a ONU ainda é impotente para impedir que alguém continue a lutar se esse alguém não quiser parar. Na melhor das hipóteses, uma força de manutenção da paz na ONU fornece uma pausa para respirar enquanto se tenta chegar a algum acordo, no prosseguimento das conversações na pior das hipóteses, apenas leva o mundo a esquecer o assunto em questão até se inflamar de novo. Com efeito, o sistema de segurança arquitectado na carta da ONU, como já vimos, não consegue minimamente funcionar em caso de conflito, directo ou indirecto, entre as duas superpotências.

O receio de malogro em relação às actividades iniciadas pelas forças de manutenção da paz ainda existe e a imagem que a ONU já teria passado a época em que fora útil pode voltar a aparecer. Julgamos não haver alternativas que não passem pela própria ONU, desde a preservação da paz e seu aprofundamento até às tentativas de solução doutros problemas entre os quais se situa o problema da poluição global e o aquecimento da atmosfera terrestre (o chamado «efeito de estufa»).

Por quanto tempo irá durar a cooperação entre as superpotências? Aspiramos que os sinais que vão alumiando de esperança todas as forças e homens da paz se mantenham e aprofundem. É que apesar de tudo a ONU está a ser quase pela primeira vez na sua História aquilo que ela sempre deveria ter sido: um forum no qual os povos discutem com as armas da palavra os conflitos em que estão enredados em vez de se guerrearem uns aos outros.

Falar de paz na sociedade portuguesa deixou de ser sinónimo de pacifismo derrotista, desarmamento unilateral ou de subserviência a artifícios propagandísticos de uma qualquer potência estrangeira. Se é verdade que ainda se encontram em alguns sectores de opinião uns laivos de ceptícismo quando se tratam dos problemas da paz, não é menos verdade que o aprofundamento democrático nos ensinou a vassourar alguns dos fantasmas que limitavam a nossa abertura ao mundo.

A atribuição do galardão de mensageiro da paz à cidade de Lisboa é uma demonstração evidente da evolução de perspectiva histórica que está em curso. Esta sessão pretendeu ser um reconhecimento incentivo ao próprio esforço da ONU e é uma sentida homenagem aos boinas e capacetes azuis para quem a guerra não é um mal necessário. As forças da paz constituem o verdadeiro exército sem inimigo, e são elas que todo o momento nos lembram: dêem uma oportunidade à paz!

Mário Beja Santos

1.º ENCONTRO IBÉRICO DE MUNICÍPIOS ZLAN (ZONAS LIVRES DE ARMAS NUCLEARES)

5 de Novembro de 1988. Lagos, Hotel Golfinho

A Associação 25 de Abril, presente pela voz do seu associado Pedro de Pezarat Correia, também convidado a título pessoal. Registe-se também a presença como convidados, de mais dois militares, que aliás apresentaram interessantes comunicações. Por Portugal, o General Rangel de Lima, sócio fundador e primeiro Presidente do Conselho Fiscal da Associação. Por Espanha, o Coronel Luis Otero, membro destacado da UMD (União Militar Democrática), grupo de oficiais espanhois perseguidos e afastados do serviço no tempo do franquismo, pelas suas posições políticas democráticas.

O encontro revestiu-se de inegável importância, até pelo significado das entidades promotoras. São 100 os Municípios portugueses e 400 os espanhois declarados ZLAN e que estiveram representados na jornada de Lagos. É manifesto o papel que os Municípios, como estrutura do poder democrático representativo que mantém mais viva a ligação entre eleito e eleitor e portanto mais autêntica a legitimidade dos seus mandatos, podem desempenhar nos processo de luta pelo desarmamento e pela Paz, quer a nível nacional, quer no âmbito internacional. Não tanto pela acção directa que pode exercer sobre o poder central, quase sempre de costas voltadas para esse outro poder de mangas arregaçadas e colarinho desabotoado que é o poder autárquico, mas principalmente pela capacidade de informação e divulgação dos problemas concretos relacionados com as ameaças que a guerra e a acumulação de armamentos representam para a vida dos cidadãos, a Cidade é de facto o espaço privilegiado para fomentar esse debate.

Mas o Encontro foi também importante pelo conteúdo dos temas abordados. Temas que foram praticamente introduzidos na intervenção de abertura do Presidente da Câmara de Lagos, município anfitrião, quando colocou as três grandes vertentes de uma nova filosofia de Paz: como aprofundamento da democracia, como produto do desenvolvimento económico, como fruto de cultura.

Este novo conceito de Paz esteve presente em numerosas intervenções e na implícita recusa dos caducos conceitos romanos «Si vis pacem para bellum» e «Paz enquanto ausência de Guerra». São conceitos que continuam a atrair os «falcões» de todo o mundo, e que estão na base das sistemáticas políticas armamentistas que sustentam as hegemonias das superpotências e dos blocos militares, que conduziram à precária «paz pelo equilíbrio do terror» em que vivemos. Conceitos que têm ainda alimentado os injustos desequilíbrios económicos, sociais e culturais, afinal as grandes contradições que são os verdadeiros geradores da violência.

Mereceu particular destaque o tema da Cultura pela Paz, e a necessidade urgente de a fazer incidir nos mais diversos campos da actividade humana, da informação ao desenvolvimento, à educação, à formação. Importa inverter as tendências tradicionais que conduzem à «cultura da resignação» (a Paz é um bem inapreciável mas inatingível) e à «cultura do fatalismo» (o armamento é necessário porque o ser humano é mau por natureza) e fomentar o advento de uma «cultura de esperança» (a Paz é possível), de uma «cultura militante» (a Paz é uma prioridade), de uma «cultura racional» (definir uma estratégia de Paz).

Outros aspectos ainda foram tratados com relevância que se prenderam especificamente com os dois Países Ibéricos. Todos se relacionam com a ambiguidade dos poderes políticos centrais, que nestas matérias escondem muito mais do que divulgam, justificando as maiores desconfianças sobre o papel que está na realidade reservado aos dois Países na estratégia nuclear internacional. São problemas como o da adesão de Portugal e Espanha à UEO; como os compromissos do governo espanhol assumidos com o seu povo através de referendo e as cedências nas negociações com os EUA para a retirada dos F.16, aceitando em contrapartida não fazer perguntas sobre a natureza dos armamentos em trânsito pelo espaço espanhol; são os problemas relativos ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, que as necessidades de defesa portuguesa parece não justificarem.

Estes problemas levantam duas questões extremamente importantes.

A primeira relaciona-se com a defesa do ambiente e com a hierarquização dos valores «defesa do ambiente» e «defesa militar». Esquece-se que ambos, como tantos outros, concorrem igualmente para o que deve ser uma correcta interpretação do «conceito alargado de defesa nacional» e, ao subordinar as restantes componentes à componente militar, está-se afinal a desvirtuar este conceito e transformá-lo na sua antítese, que é o «conceito alargado de defesa militar».

A segunda relaciona-se com a definição de países não detentores de armas nucleares. Não podem como tal ser considerados, países onde existem estruturas destinadas à instalação, manutenção, controlo, detecção, apoio logístico, ou outras operações relacionadas com armas nucleares ou com os seus vectores de lançamento, ainda que tais países não tenham no seu território uma única bomba.

Tudo isto leva a que se deva considerar indiscutível a integração da Península Ibérica e dos arquipélagos atlânticos espanhol e portugueses, na infraestrutura nuclear da NATO, apesar de todas as inocentes afirmações em contrário.

São inúmeras questões que configuram um debate honesto que está por fazer e que ao nível do poder há muito pouco interesse em fomentar.

É salutar que outras estruturas democráticas, particularmente as autarquias, rompendo fronteiras nacionalistas e estendendo o diálogo a regiões mais amplas e com problemas afins, promovam esse debate, como agora aconteceu em Lagos. E que é urgente que prossiga e cresça, de dimensão e de tom.

Continuaremos atentos à sua marcha.

Pezarat Correia

COOPERAÇÃO COM OS PALOP

A Associação 25 de Abril, através dos seus associados está a receber livros escolares, dicionários e manuais técnicos destinados aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Esta é uma das formas de manifestarmos a nossa solidariedade com estes povos.

— Associado, já reparou que a distância que vai do Marquês de Pombal ao Forte do Bom Sucesso é igual à que vai até à actual sede da A25A em Linda-a-Velha e o percurso ainda é mais rápido?

VISITA DE COSMONAUTA SOVIÉTICO À A25A

O cosmonauta soviético Vladimir Soloviev visitou a Sede da A25A tendo sido recebido pelos elementosda Direcção e alguns associados, dando lugar a uma troca de informações que satisfez a curiosidade dos presentes em relação aos voos espaciais, ao mesmo tempo que o próprio cosmonauta se inteirava da especificidade da Revolução Portuguesa.

De salientar a revelação pelo cosmonauta da existência de uma «Associação Internacional de Participantes em Voos Espaciais» englobando já 205 cidadãos de 20 países: URSS, EUA, França, Canadá, Holanda. Checoslováquia, México, Cuba. Mongólia, Bulgária, Hungria, RDA, Vietname, Arábia Saudita, Polónia, Roménia, Índia, Síria e Afeganistão. É que a entrada do Homem no espaço significa não só tecnologias novas, mas também uma nova mentalidade.

Os cosmonautas, tendo vivências semelhantes, dominados pelas belezas da Terra que viram a partir do espaço, têm vindo a assinalar com preocupação que estas belezas desaparecerão, se não forem adoptadas as medidas necessárias.

A conjugação dos esforços dos astronautas e cosmonautas a fim de contribuirem para a utilização de tecnologias espaciais na resolução dos problemas globais de desenvolvimento social, económico e cultural de todas as pessoas da terra, passou a ser o principal objectivo da Associação Internacional de Participantes em Voos Espaciais.

A presença do cosmonauta soviético ficou assinalada no livro de honra da Associação com a seguinte mensagem:

«Tive grande prazer em me encontrar convosco.
Desejo-vos sinceramente sucessos, felicidades, boa saúde e o melhor possível na vida».

Piloto-Cosmonauta da URSS
Vladimir Soloviev
15/IX/88

Vladimir Soloviev folheia interessado «O REFERENCIAL»

O cosmonauta examina as bandeiras na Sede da Associação

DELIBERAÇÕES DA DIRECÇÃO

No sentido de proporcionar aos associados um conhecimento, tão completo quanto possível, do dia a dia da nossa Associação, a Direcção decidiu dar conhecimento regular através do Boletim, das principais deliberações havidas nas reuniões que habitualmente têm lugar às quintas feiras a partir das 18H30.

Assim:

Dia 28 de Abril
— Desenvolver esforço de recolha de material relacionado com o 25 de Abril.

Dia 5 de Maio
— Aprovar a realização de colóquios à escala nacional, apoiados pela A25A, subordinados ao tema «A Juventude e as Forças Armadas», por proposta do associado Vitor Alves;
— Planear a realização dos referidos colóquios para o mês de Novembro do corrente ano:
— Efectuar uma análise crítica das Comemorações do 25 de Abril, representações da A25A e realização do almoço-convívio;
— Necessidade de acautelar a existência prévia do cabimento de verba para iniciativas que venham a ser propostas/consideradas.

Dia 26 de Maio
— Aprovar a realização de um inquéritoaos associados relacionado com as comemorações do 14.º Aniversário e solicitando sugestões para o 15.º Aniversário.

Dia 1 de Junho
— Aceitar o pedido de exoneração do sócio n.º 1491, Cap. Ten. Lima Bacelar;
— Accionar os mecanismos de expulsão via Assembleia Geral, sempre que os sócios manifestem directa ou indirectamente o desejo de não continuarem como sócios da A25A e se recusem a regularizar o pagamento das respectivas quotas tal como é definido nos estatutos.
— Solicitar audiência ao Ministro da Defesa Nacional, relacionando-a com o pedido de subsídio para o Boletim.

Dia 30 de Junho
— Tentar obter elementos documentais na área de televisão;
— Aprovar o organigramade funcionamento da A25A.

Dia 7 de Julho
— Necessidade de acelerar a informatização dos serviços da A25A.

Dia 14 de Julho
— Enviar carta a sócios-suspensos que tenham reatado ou normalizado o pagamento das quotas.

Dia 21 de Julho
— Ordenar o plano de actividades da A25A de acordo com as seguintes áreas de actividades:
— Actividades culturais;
— Instalações;
— Actividades externas;
— Divulgação e relações públicas;
— Publicações;
— Actividades desportivo-recreativas;
— Ligação e organização;
— Actividades de organização interna;
— Aceitar a oferta da Câmara Municipal do Seixal da cedência de uma falua para passeios no Tejo.

Dia 22 de Setembro
— Aceitar o pedido de exoneração dos sócios Carlos Sousa da Silva Nuno, António João Mourinho dos Santos e Domingos Cabrita Martins Pontes.

Dia 6 de Outubro
— Necessidade de incentivar a recolha de opiniões sobre o Boletim;
— Aceitar o pedido de suspensão do apoiante Júlio Azenha Cardoso.

Dia 13 de Outubro
— Necessidade de dinamizar a ligação aos associados, nomeadamente na implementação da informação das principais deliberações da Direcção;
— Necessidade de se equacionar futuramente o aumento das quotas face ao agravamento da situação financeira da A25A e ao aumento do custo de vida.

Dia 20 de Outubro
— Adquirir mais 55 exemplares para venda da «História Contemporânea»
— Exonerar a seu pedido os sócios Jorge Duarte de Almeida e Serafim Marques Ribeiro e a apoiante Júlia Maria da Silva.

(Continua na página seguinte)

GEOMETRIA ESTRATÉGICA

Segundo os dicionários, chavão é coisa que se diz, escreve ou faz, por costume e sempre no mesmo estilo, modo, etc.

Pretendo demonstrar, embora com as limitações impostas pelo pouco espaço disponível neste boletim, que o tão citado Triângulo Estratégico Português é, para além de uma figura geométrica, sobretudo um grande chavão, neste caso, estratégico!

Quaisquer ilhas ou arquipélagos, relativamente próximos de linhas de comunicação marítimas ou aéreas, sobretudo se suficientemente afastados de outras ilhas ou de massas continentais, têm valor estratégico. Só que esse depende muito das circunstâncias e tem um valor variável para as diferentes potências. O que agora é importante para uma pode mais tarde perder esse valor, e passar a ser vital para outra. As ilhas de Ascenção e de Santa Helena, esta última praticamente esquecida desde os tempos do exílio de Napoleão, viram a sua importância estratégica enormemente aumentada em 1982, quando tornaram possível a reconquista das Malvinas pelos ingleses. Será que esse facto as promove à condição de vértice de um qualquer triângulo estratégico inglês?

A força do chavão do nosso Triângulo Estratégico é tal que, na Assembleia da República, durante a discussão dos programas de reequipamento das Forças Armadas, em 1986, um ilustre deputado e ex-ministro, para defender a prioridade que tinha sido dada à aquisição de meios navais e aéreos em detrimento de alguns meios para as forças terrestres, desenvolveu toda uma teoria sobre a defesa das ameaças aos vértices mediante as barreiras constituídas pelos lados do triângulo. Esquecia este ilustre deputado e ex-ministro, que um dos vértices em causa é na realidade um quarto lado, mais precisamente com a distância que vai de Caminha a Vila Real de Santo António, quer se escolha a linha ponteada que nas cartas assinala a fronteira terrestre, quer se bordeje, por forma mais consentânea com o nosso passado de navegadores, a linha contínua que nas mesmas cartas separa as terras das águas do mar. O seu comprimento não é muito inferior à distância entre o Continente e a ilha de Porto Santo, ou ainda à distância entre as ilhas mais chegadas das duas Regiões Autónomas, ou seja, ao comprimento de dois dos lados do tal triângulo.

A figura geométrica transformou-se em figura de retórica, mas o que é grave é que se defendam opções importantes com tais argumentos. Ou, por outras palavras, que se tentem justificar tais opções, tomadas sobretudo por motivos mais relacionados com o funcionamento interno dos diversos ramos das Forças Armadas e com as suas recíprocas influências, com argumentos de uma pseudo-geometria estratégica.

Mas vejamos mais em pormenor os elementos dessa geometria.

O vértice do Arquipélago dos Açores, algo embotado pelas centenas de quilómetros que separam Santa Maria do Corvo, tem sobretudo importância para o nosso aliado EUA. Enquanto que a sua função de base necessária para o controlo da zona central do Atlântico Norte, à semelhança do ocorrido durante os últimos anos da 2.ª Guerra Mundial, tem tendência a diminuir de importância relativa com os cenários mais prováveis dos possíveis futuros conflitos, tem tendência a aumentar com a inflacção das moedas, a que o dólar não está imune, a sua importância diária como plataforma fixa por onde passa grande parte do que os EUA enviam à Europa no seu empenhamento militar, quer pela causa comum, quer nos conflitos que só a eles dizem respeito. Para os EUA a Base das Lajes constitui sobretudo uma enorme economia no transporte aéreo para a Europa; a sua não utilização está ao alcance da técnica militar actual, mas representaria um indiscutível crescimento dos custos desse transporte.

No que diz respeito ao vértice mais aguçado do Arquipélago da Madeira, tem sobretudo valor nas bocas portuguesas, pois unicamente a ilha de Porto Santo é considerada por outros como uma base alternativa de segunda ordem, para permitir um controlo distante dos acessos do Mediterrâneo, nitidamente suplantada em valor militar pelas bases marroquinas e espanholas, de que se destacam, inclusivamente, as vizinhas Canárias, de mais ampla e cómoda utilização naquela função estratégica. O acaso, ou melhor, o Tratado de Alcáçovas, não teve grande consideração pela geometria estratégica!

Quanto ao vértice/lado do Continente, a sua potencial utilização como base de retaguarda de um teatro de guerra europeu, devido à sua invejável situação de jardim à beira-mar plantado, é muito prejudicada pelas inexistentes vias de comunicação fáceis e rápidas com o centro da Europa. Resta-lhe a indesejada função de campo de manobra e de treino de tiro dos nossos aliados.

O Triângulo Estratégico português é assim, sobretudo, uma criação nacional destinada a valorizar perante os nossos aliados as nossas posições geográficas e não uma verdadeira realidade estratégica. Da mesma forma, durante a Guerra Colonial, se exagerava a importância de Angola e Moçambique no controlo da navegação que demandava o Cabo da Boa Esperança, para levar os nossos aliados a apoiar a política de Portugal em África. Sem grande êxito, diga-se em abono da verdade.

Em resumo, sem querer negar a importância estratégica que as três parcelas que integram o território nacional possuem na realidade, e que deveriam sobretudo ser defendidas por serem nacionais, o que em meu entender é discutível é a sua consideração num ente estratégico autónomo, neste caso um triângulo estratégico quase tão concreto como os seus semelhantes da geometria euclidiana. Até porque, como vimos atrás, seria mais exacto, geometricamente falando, encarar a hipótese de um trapézio!

Falcão de Campos

(Continuação da página anterior)

Dia 3 de Novembro

— Anular a realização do Colóquio «Juventude e Forças Armadas» por não terem sido criadas condições ao nível nacional à sua execução;

— Exonerar a seu pedido o sócio Manuel Nunes.

Dia 10 de Novembro

— Aprovar a realização de uma sessão no Espaço CESL em 28 de Janeiro próximo, subordinada ao tema «As lutas actuais pela Qualidade de Vida»;

— Exonerar a seu pedido o apoiante António L. M. Aguiar.

Dia 17 de Novembro

— Constituir uma Comissão Organizadora das Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril com vista a desenvolver um esforço de diversificação de iniciativas na área cultural e desportiva, alargando-as no tempo e distribuindo-as, se possível, no espaço nacional e internacional;

— Aprovar a proposta de realização da Assembleia Geral no dia 25 de Março de 1989;

— Aprovar a proposta de realização da discussão e alteração dos Estatutos e Regulamento Interno no decurso da Assembleia Geral de 25 de Março de 1989.

Dia 24 de Novembro

— Aprovar a proposta de Constituição do núcleo principal da Comissão Organizadora das Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril com base nos seguintes elementos:

— José Barata Oliveça
— Nuno Manuel Guimarães Fisher Lopes Pires
— José Manuel Dourada Mendes
— Viriato Soeiro Camilo
— Maria Teresa Blanco Camilo
— Manuel José Esteves Rodrigues

Uma forma de divulgação do nosso Boletim

O nosso Boletim constitui actualmente a melhor forma de mantermos o contacto com os nossos associados não só por aquilo que comunicamos, mas sobretudo pelo canal de comunicação que se estabelece dos associados com a Direcção, na forma de críticas, propostas ou sugestões.

É assim que salientamos uma forma de participação do nosso apoiante CARLOS MANUEL DUARTE, o qual tem vindo regularmente a aumentar a divulgação do nosso Boletim, reproduzindo em jornais regionais (jornal Litoral de Aveiro) artigos do «Referencial». É caso para o apontar como exemplo a seguir.

CONVITES RECEBIDOS

— **Galeria Altamira**
Exposição de pintura de Dora Ivarita em 15/9/88

— **Vega Editora e a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro**
Lançamento do livro «Contos Transmontanos» de Modesto Navarro em 22/9/88

— **CEDRI**
5.º Congresso em 23/9/88

— **SFUAP**
Cerimónia de abertura das «24 horas a nadar» em 24/9/88

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de Maria de Lourdes, Martine Nancy de Sousa e Nancy Beginem 24/9/88

— **Clube Recreativo Barroquense**
Comemoração do 16.º Aniversário em 30/9/88

— **Câmara Municipal de Almada**
Exposição A.R.CO. de Cerâmica em 30/9/88

— **Sindicato dos Jornalistas**
1.º Encontro Jornalistas da Língua Portuguesa em 30/9/88

— **Galeria Quadrado Azul**
Exposição de pintura de Teresa Torres em 7/10/88

— **C.U.R.P.I. de Sacavém**
Comemoração do 7.º Aniversário em 8/10/88

— **Comissão Organizadora dos Colóquios**
«Forum Justiça e Liberdade» em 8-9/10/88

— **CESL**
Sessões sobre «Descobrimentos, estórias de povos de muitos mares» a partir de 10/10/88

— **Galeria Altamira**
Exposição de pintura de Rocha Pinto em 13/10/88

— **U.P.P.S.S.**
Almoço convívio em 14/10/88

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de Alice Alves Diogo em 15/10/88

— **Movimento Português contra o Apartheid**
Reunião de informação e debate sobre a participação portuguesa na ECASAAMA em 17/10/88

— **Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal**
1.º Encontro Ibérico de Municípios Livres de Armas Nucleares em 24/10/88

— **Conselho Português para a Paz e Cooperação**
Reunião sobre iniciativas de solidariedade com o Povo Palestiniano em 27/10/88

— **Câmara Municipal de Almada**
Inauguração da escultura «Chegando» de Julie Livsey em 28/10/88

— **Movimento Democrático das Mulheres**
3.º Congresso Nacional em 29-30/10/88

— **Comissão Distrital de Évora do P.C.P.**
Reflexão e debate sobre o desenvolvimento económico e social do Distrito de Évora em 1/11/88

— **Câmara Municipal de Almada**
Exposição IMARGEM/88 em 5/11/88

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de Maria Margarida Vigôço de 5 a 14/11/88

— **Associação de Amizade Portugal R. Popular de Angola**
Comemoração do 13.º Aniversário da Independência da R. P. de Angola em 7-8-10/11/88

— **Escola Secundária de Paço De Arcos**
Debate sobre o 25 de Abril em 9/11/88

— **Galeria Altamira**
Exposição de Palolo em 10/10/88

— **Associação de Reformados de Sacavém**
Sessão Solene do 12.º Aniversário em 12/11/88

— **Editora Nova Nórdica e Aeroclube**
Lançamento do livro «SOLDADO» de Carlos Vale Ferraz em 17/11/88

— **Partido Socialista**
Debate «Lisboa para além do Chiado» em 18-19/11/88

— **Comissão Directiva da Intervenção Democrática**
Debate sobre «Regionalização» em 19/11/88

— **Livraria das Olaias**
Lançamento do livro «LEMBRAR DE RAÍZES» de Marcello Mathias em 22/11/88

— **Quetzal Editores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos e Galeria Altamira**
Lançamento do Livro «A Nau Catrineta» e exposição de pintura de José Guimarães em 24/11/88

— **Galeria Quadrado Azul**
Exposição de pintura de Guilherme Camarinha em 25/11/88

— **Galeria Capitel**
Exposição de Armando Anjos em 26/11/88

— **Sindicato dos Médicos da Zona Sul**
Colóquio sobre «Revisão do Artigo 64 da Constituição» em 30/11/88

— **Partido Comunista Português**
XII Congresso em 1/12/88

OFERTAS À A25A

Temos vindo a registar com agrado um significativo aumento de diversas ofertas à A25A e que se traduzem nas seguintes iniciativas:

— Entrega de colecções de jornais e revistas relacionadas não só com o 25 de Abril, mas também com a actualidade e ainda com o período que precedeu aquela data;
— Ofertas de livros;
— Entrega de peças de mobiliário (Armários, placard, etc.);
— Etc.

Também o grau de abertura e receptividade encontrados em alguns contactos com Autarquias, Sindicatos, Escolas, Associações ou Colectividades, a fim de suprirem algumas das carências com que nos defrontamos e que derivam do facto de ainda não termos as instalações da nossa Sede, impulsionam-nos a continuar cada vez mais esperançados no Futuro.

CARTA AO DIRECTOR

Senhor Director,

Respondendo ao vosso apelo à participação dos associados queria aproveitar a ocasião para afirmar convictamente que não esqueço e não deve ser esquecido, o «25 de Abril» e os ideiais que o motivaram.
Mas queria fazê-lo especificamente como membro da Comunidade Evangélica, a qual sofreu, por parte da Ditadura uma pressão alienante e redutora.
Não tenho mandato para falar em nome dos cristãos evangélicos em Portugal, mas posso dizer a minha opinião: estou certo de que estão, na sua maioria, gratos — os que são politicamente mais esclarec idos — pela coragem e idealismo dos «Capitães de Abril», que nos trouxeram de novo este bem precioso que é o falar sem medo nem sob condicionalismos.
Os evangélicos sentem que apesar de progres sos concretos já feitos, ainda não vivem em inteira liberdade religiosa, infelizmente. E é necessário que isso seja conhecido. A liberdade religiosa por inteiro, numa democracia plena, como pretende ser a nossa — e ainda bem — implica iguais condições de vivência, de expressão e de expansão. A existência de uma Concordata, anacrónica e em conflito flagrante com a Constituição, a vigência de certa legislação, feita por legisladores do antigo regime, e a efectivação de limites no acesso aos meios de comunicação, por exemplo, são coisas que têm de ser revistas! Enquanto houver razões de queixa, nesse e noutros domínios fundamentais da vida da nossa comunidade nacional, o 25 de Abril continuará a ser um estímulo revolucionário.

JOÃO A. C. PINHEIRO
Apoiante da A25A

«CONTRASTE»

Cai indolente a chuva dos beirais,
E enfurecido ao longe ruge o vento.
Soam na rua cruciantes ais,
De alguém sem lar nem aquecimento.

Esse alguém que atravessa os lamaçais,
De membros nus e faces descarnadas,
Teve à nascença mãe como os demais.
Também brilham pr'a ele as madrugadas.

Triste e devagar lá vai caminhando!
A chuva cai mais rija, fustigando
Cruelmente essa carne doentia;

Enquanto em seu folguedo, delirando,
O mundo, indiferente, vai cantando
Hinos ao prazer, luxo e fantasia.

Natércia Passos

(Poesia lida pela irmã da poetisa durante o convívio de 12NOV)

LIVROS

OS SINOS DE BAFATÁ

De Joaquim Ribeiro Simões

SOLDADÓ

De Carlos Vale Ferraz

Mais dois testemunhos sobre a guerra nas colónias de dois nossos sócios. Pouco a pouco, os intervenientes naquela longa guerra vêm dando a conhecer as suas experiências vividas, embora como bons portugueses que são, evitem escrever as suas memórias da guerra, preferindo as formas indirectas de o fazer. Daí o romance, a novela, onde no entanto não é difícil descortinar as personagens reais.

Deixamos a outros o cuidado de se ocuparem com os méritos literários destes dois livros. Para nós, é importante que estes dois militares possam contribuir para relatar como era a realidade do dia a dia daquela guerra, e não deixem que a História venha a ser unicamente feita com base nos relatórios oficiais e nas histórias neles inspiradas.

TEATRO

O 25 DE ABRIL N'«O BAILE»

A presença do **25 de Abril** no mundo do espectáculo em Portugal é escassa e não goza de estímulos, tanto dos organismos oficiais como dos empresários, directores artísticos e, claro, do mecenato cultural que só investe em áreas diluídas de perigosidade imediata.

Portal razão se deve evidenciar esta ou aquela produção que coloca o **25 de Abril** no seu sítio e o insere no contexto da acção histórica, ainda que isso seja apenas por momentos. É o que acontece com o espectáculo da companhia teatral A BARRACA, «O Baile», criado por Hélder Costa a partir da ideia do francês J. C. Penchenat e do filme com o mesmo título, de Ettore Scola.

O espectáculo é excelente pela verve, pelo ritmo, pela justeza dos juízos e pela alegria com que os actores se empregam e contagiam o público. Isto acontece já há oito meses no Ritz Club, com uma interrupção — a ida ao Brasil, onde o espectáculo fez enorme sucesso. Projecta-se a sua apresentação em Espanha e é de prever igual êxito, até porque o pouco texto existente na peça é o que provém de excertos de discursos — Winston Churchill (final da guerra 39-45); Botelho Moniz (guerra civil de Espanha) e Salazar (auto-atribuição da pasta do Ministério da Guerra e guerra colonial).

Uma análise aprofundada desta produção de A BARRACA conduzir-nos-ia a curiosas interpretações do fenómeno teatral hoje. Neste local, porém, o que deve salientar-se é que alguns dos motivos que catapultaram os homens do **25 de Abril** para a concretização do golpe previamente estudado estão presentes em «O Baile», directamente focados ou subjacentes à acção.

VIRIATO CAMILO
Apoiante da A25A

OFERTAS DE LIVROS À A25A

— **ANÁLISE DE IMPRENSA (PERÍODO 1975-1981)**, *ofertado Gen. Franco Charais.*

— **AS DIMENSÕES INTERNACIONAIS DOS DIREITOS DO HOMEM**, Karel Vasak, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **INQUISIÇÃO E CRISTÃOS-NOVOS**, António José Saraiva, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **MEMÓRIAS**, Humberto Delgado, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **PORTUGAL OPRIMIDO**, Cap. Fernando Queiroga, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **ENSAIOS N.os I, II, III, IV, V, VI**, António Sérgio, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **ANTHOLOGIE NIGO-AFRICAINE**, Lilyan Kestzloot, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY AND DISARMAMENT 1987**, *oferta do Conselho Português para a Paz e Cooperação.*

— **PENSAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO 25 DE NOVEMBRO**, Cap. Duran Clemente, *oferta de Artur Raúl da Silva Marques.*

— **AMNISTIA INTERNACIONAL — INFORME 1988**, *oferta da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional.*

— **OS SINOS DE BAFATÁ**, Cor. Joaquim Ribeiro Simões, *oferta do Autor.*

— **25 ANOS DE POESIA ANTOLÓGICA 1962-1987**, Fernando Grade, *oferta da Editora Mic.*

— **POEMAS ESCOLHIDOS**, Sophia de Mello Breyner Andresen, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **PS FRONTEIRA DA LIBERDADE**, Mário Soares, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **MELO ANTUNES — TEMPO DE SER FIRME**, M. Manuela S. Rama e Carlos Plantier, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **LUUANDA-ESTORIAS**, José Luciano Vieira, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **A NOITE E A MADRUGADA**, Fernando Namora, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **O SANGUE DOS OUTROS**, Simone de Beauvoir, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **RETALHOS DA VIDA DE UM MÉDICO**, Fernando Namora, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **OS ADORADORES DO SOL**, Fernando Namora, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **THE MANDARINS**, Simone de Beauvoir, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **O IDEALISMO CRÍTICO E A CRISE DA IDEOLOGIA BURGUESA**, António Sérgio, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **GAIBÉUS**, Alves Redol, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **UM ACTOR EM VIAGEM** (Cuba 1970/1972), Rogério Paulo, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **PROUDHON QU'EST-CE QUE LA PROPRIÉTÉ?**, Émile James, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **EL CAMINO DE LA VITORIA**, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **SOLDADÓ**, Carlos Vale Ferraz, *oferta do Autor.*

— **THE NON-GOVERNMENTAL VOICE AT THE UNITED NATIONS THIRD SPECIAL SESSION ON DISARMAMENT**, New York 31 May - 25 June 1988, *oferta do Conselho Português para a Paz e Cooperação.*

— **SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO**, Junta de Investigação do Ultramar, *oferta de Artur Raúl da Silva Marques.*

— **ELEGIA PARA UM CAIXÃO VAZIO**, Baptista Bastos, *oferta de Bonfim Ricardo.*

— **ABRIL NOS QUARTÉIS DE NOVEMBRO**, Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *oferta de Bonfim Ricardo.*

OUTRAS OFERTAS

— **CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**
Estatueta do Monumento de Homenagem ao 25 de Abril de 1974.
Medalha do Aniversário do 25 de Abril de 1982.

— **FRANCO CARRETAS**
50 exemplares do livro de sua autoria «Baladas de uma Revolução».

MARIA GUINOT

A nossa associada Maria Guinot lançou um novo LP, em colaboração com Fernando Tordo e Paulo de Carvalho, «ESSA PALAVRA MULHER». O disco pode ser adquirido directamente na A25A pelo preço de 1.000$00. Não perca esta oportunidade de adquirir um bom presente para o Natal!

A JUVENTUDE E AS FORÇAS ARMADAS

Devido às dificuldades encontradas para realizar a nível nacional, o único que teria real significado, o anunciado debate sobre o tema «A JUVENTUDE E AS FORÇAS ARMADAS», decidiu a A25A suspender essa iniciativa, embora sabendo de antemão que essa decisão constituirá uma grande decepção para todos os que se tinham prontificado a colaborar no debate de tão candente tema.

ACTIVIDADE DESPORTIVA/RECREATIVA

RALLY PAPER/PIQUENIQUE

A A25A realizou em 5OUT o seu 1.º Rally Paper, seguido de piquenique na Quinta da Subserra (Alhandra), para o efeito cedida pela Câmara Municipal de V. F. Xira, a qual também pôs à disposição dos participantes uma sardinhada, vinho e uvas.
A participação dos associados nesta iniciativa ficou aquém da expectativa e para os ausentes apenas a seguinte mensagem: perderam um belo passeio proporcionado pelo Rally, para além do óptimo convívio na Quinta da Subserra, que vale a pena visitar.
No final do convívio foram distribuídas taças aos associados classificados nos três primeiros lugares, cabendo aos restantes uma medalha, tendo a classificação neste 1.º Rally da A25A sido o seguinte:

1.º Francisco Vaz
2.º Fialho da Rosa
3.º Manuel M. Costa
4.º Victor Alves
5.º Falcão de Campos
6.º Artur Assunção
7.º José Camelo
8.º Aniceto Afonso
9.º Vasco Lourenço
10.º Fernando Casimiro
etc.

O piquenique na Quinta da Subserra

COMEMORAÇÕES DO S. MARTINHO (MAGUSTO)

Foi comemorada esta data festiva com a realização de um convívio em 12NOV nas instalações da Junta da Freguesia de Alcântara, ao qual se associaram cerca de centena e meia de associados.
Do programa constaram as já tradicionais castanhas, devidamente acompanhadas por enchidos assados e regadas a preceito, um convívio musical, jantar e, para finalizar, fados e guitarradas.
Para aqueles que não souberam, não puderam ou não quiseram aparecer, apenas uma sugestão: para o ano há mais, pois as castanhas estavam mesmo boas.

CORRIDA DO TEJO

A A25A participou nesta prova organizada pela Câmara Municipal de Oeiras ao longo da marginal, entre Algés e Oeiras, na distância aproximada de 10 km, tendo-se classificado em 26.º lugar entre 123 equipas participantes.
A classificação dos 10 primeiros atletas da A25A, que concorreu com 24, foi a seguinte:

	Geral	Escalão
— António Martins	157	108
— Joaquim Guerreiro	229	152
— Noel Salé	238	156
— Guerreiro Bernardo	304	183
— Cândido Gaspar	360	27
— Nuno Patrício	361	33
— Carlos Horta	368	215
— Manuel Farinha	406	232
— Lucídio Ribeiro	418	237
— Joaquim Patrício	518	59

A bordo da «Gaivotas»

PASSEIO DE FALUA

Teve lugar no passado dia 16 de Outubro a realização do primeiro passeio de falua, apoiado pela Câmara Municipal do Seixal, o qual viria a proporcionar um agradável convívio entre os nossos associados.
A Falua «GAIVOTAS» é uma embarcação recuperada pela Câmara do Seixal e é reutilizada para visitas de estudos no Tejo, permitindo a descoberta dos sítios históricos do concelho situados junto à orla fluvial e o contacto com as técnicas de navegação tradicional.
Não se esgotou no entanto no passeio de falua o referido convívio. A Câmara do Seixal pôs à disposição da A25A um autocarro que em visita guiada levou os cerca de meia centena de associados ao Núcleo Museológico da Sede do Concelho (exposição permanente com aspectos históricos e actuais do Concelho do Seixal), Núcleo Naval Histórico (onde se tomou contacto com elementos históricos sobre a construção naval tradicional e oficina de carpinteiros de machado) e Moinho de Maré de Corroios (possibilitando a observação da moagem segundo as técnicas tradicionais que aproveitam a energia das marés).
Caro associado, se não foi desta vez no passeio, não desanime.
A A25A está a pensar organizar mais passeios deste tipo no próximo ano. Basta ler o **BOLETIM.**

PRÓXIMAS ACTIVIDADES

Vai ser realizado um TORNEIO DE BRIDGE, conforme já anunciado no Boletim anterior, embora não se disponha ainda da data relativa à efectivação do mesmo. No entanto, pode já fazer a sua inscrição na nossa Sede.
Para mais detalhes sobre o torneio e futuras actividades na área Desportiva/Recreativa contactar a Sede da A25A.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (3)

No último artigo falámos sobre a «avaliação das mãos», que mais não é do que a determinação da sua força.

Hoje vamos abordar o tema das «ABERTURAS». Mas antes de o fazermos teremos que esclarecer o que é uma PARTIDA e quantos pontos são necessários existirem em linha, para que a mesma seja, *normalmente*, possível.

1 — CONCEITO DE «PARTIDA»

Quando não em Bridge de competição, o objectivo do jogo considera-se atingido sempre que uma das linhas consegue fazer um «ROBBER», altura muitas vezes ansiosamente esperada, para a mudança de parceiros.

O «ROBBER» não é mais do que a concretização de duas «PARTIDAS» (seguidas ou alternadas) pela mesma linha.

Atinge-se a «PARTIDA» sempre que se consegue um valor em vazas, cumpridas e marcadas, igual ou superior a 100 pontos. Como cada vaza em naipe pobre (Paus ou Ouros) vale 20 pontos, em naipe rico (Copas ou Espadas) vale 30 pontos, bem como em sem-trunfo (ainda que neste caso a primeira vaza valha 40 pontos), teremos para fazer PARTIDA, marcar e cumprir, as seguintes vazas:

5 Paus ou Ouros — $5 \times 20 = 100$
4 Copas ou Espadas — $4 \times 30 = 120$
3 Sem-trunfo — $40 + 2 \times 30 = 100$

A «PARTIDA» pode ser conseguida duma única vez ou com duas ou mais marcações parciais, cujos valores se adicionarão até se atingir a ambicionadacentena, desde que o adversário não o consiga primeiro, o que anularia todo o esforço empreendido na «corrida» para a «meta».

2 — PONTOS NECESSÁRIOS PARA A PARTIDA

Uma das noções que convém ter sempre presente será a dos pontos necessários para que uma determinada marcação reúna um mínimo de hipóteses de ser conseguida.

A análise e a estatística em muito contribuiram para definir qual o nível do leilão até onde poderemos ir com a «força» em pontos DH existentes na linha e com uma provável certeza de podermos pagar (cumprir) o que oferecemos.

Porque se oferecermos mais do que podemos cumprir seremos punidos com multas a que, no Bridge, se chamam «cabides»! A segurança dum jogador (e de um par!) reside, fundamentalmente, no facto de não ultrapassar, *inconscientemente*, o nível de vazas a que a força do jogo, existente na sua mão e na mão do seu parceiro, justificaria.

Por tudo o que dissemos impõe-se a apresentação dos valores em pontos DH necessários para se cumprirem os contratos que marcamos. Assim teremos que:

Para cumprir um contrato ao nível de:

1	Necessitamos de:	21/22	pontos DH
2		23/24	
3		25/26	
4		27/28	
5		29/31	
6		32/35	
7		36 ou mais	

3 — ABERTURAS

Sempre que a força do jogo o justifique há que abrir-se o leilão.
Caso contrário nada mais resta do que «Passar».

Antes de «falar» deverá analisar bem a sua mão, por forma a que a sua «voz» corresponda, o melhor possível, à distribuição e à força das suas cartas. Só assim a «informação» transmitida ao seu parceiro permitirá uma avaliação tão correcta quanto possível, do jogo existente na linha.
Sempre que tiver ao seu dispor várias «aberturas» possíveis escolha aquela que melhor defina a sua mão!
Passemos a apresentar as características a que devem obedecer as principais aberturas, retendo desde já o seguinte conceito:

> Para abrir o leilão são necessários, no mínimo, 13PH ou 14PDH

3.1 — ABERTURA 1 SEM-TRUNFO

Deve utilizá-la quando o seu jogo obedecer às seguintes condições:

a. Tiver uma distribuição «regular», ou seja do tipo:
4 - 3 - 3 - 3; 4 - 4 - 3 - 2; 5 - 3 - 3 - 2

b. Tiver *exactamente* 16, 17 ou 18 Pontos de Honra (PH)
(Nas aberturas em ST não se contam os pontos de distribuição)

c. *Em princípio*, o naipe de cinco cartas, se existir, não deve ser de copas ou espadas.

Não se preocupe se o naipe de 2 cartas não tiver nenhuma figura.

Alguns jogadores ainda dizem que se o naipe de 2 cartas não tiver pelo menos a Dama, não se deve abrir em Sem-trunfo (ST). Tal conceito está completamente ultrapassado! Mesmo que sejam apenas o Duque e o Terno as cartas existentes no naipe mais curto, abra sem receio em 1 ST!

Vejamos algumas mãos que justificam aberturas em 1 ST:

E — AD5	V3	D8
C — RV8	ADV9	AD4
O — D92	RDV2	R85
P — RV74	R109	ADV85

Algumas mãos com 15 PH poderão e *deverão* ser abertas em 1ST desde que a presença de algumas cartas, (nomeadamente o 10 e o 9) apresentem sequências que justifiquem a reavaliação do jogo.

Como é óbvio os dois jogos seguintes não poderão ser avaliados da mesma forma:

E	RV	RV109
C	AD6	AD
O	R853	R106
P	D432	D1087

Ambas as «mãos» possuem 15 PH, mas a segunda é indubitavelmente melhor «constituída», justificando plenamente uma abertura em 1ST, apesar dos seus 15 pontos, decisão que não deverá ser tomada relativamente à primeira.

3.2 — ABERTURA EM 2 SEM-TRUNFO

É uma abertura que deverá utilizar sempre que tiver um jogo com as características já apontadas para as aberturas em 1ST excepto no que se refere à força em PH.

Para abrir em 2ST deverá possuir 21 ou 22PH em vez dos 16 a 18PH necessários para abrir em 1ST.

A abertura em 2ST pressupõe pois a existência duma «mão» forte e regular. Tão forte que possui mais de metade dos pontos (40) existentes no baralho.

Algumas mãos de 20PH, tal como referimos poder acontecer com mãos com 15PH nas aberturas em 1ST, poderão e *deverão* ser abertas em 2ST desde que a sua constituição (existência de mais-valias) a tal aconselhe.

A existência dum mau naipe de cinco cartas em copas ou espadas, desde que satisfeitas as outras condições, não

(Continua na página seguinte)

VAMOS APRENDER BRIDGE! (3)

(Continuação da página anterior)

deverá ser motivo impeditivo da utilização desta abertura.

Eis alguns exemplos de mãos que justificam a abertura em 2ST:

E — AD8	RV5	AV	
C — D743	ARV	R8652	
O — ADV	ARV10 2	RD8	
P — RDV	D7	ARD	

3.3 — REFLEXÕES SOBRE AS ABERTURAS EM 1 E 2ST

As aberturas em ST transmitem ao parceiro, uma enorme quantidade de informação quer no que se refere à força quer no que concerne à distribuição das mãos.

A existência desse tipo de «mãos» e a utilização da abertura em ST permite resolver um dos problemas delicados que se colocam amiúde no desenvolvimento dos leilões, que é o de se saber qual dos parceiros deverá assumir o comando do leilão. No caso das aberturas em ST essa dificuldade fica desde logo ultrapassada, dado *dever ser sempre* o parceiro do abridor quem deverá assumir essa responsabilidade.

Este deverá ser critério a ter sempre presente e que, se for considerado, em muito contribuirá para evitar situações delicadas, a que muitas vezes se assiste, por manifesta inobservância do que acabámos de referir.

Até ao próximo número

Luís Galvão

NOTA DE RODAPÉ

No último boletim, por razões decorrentes da necessidade de antecipação da sua entrega na tipografia e de tal medida ocorrer no período das minhas férias, não foi possível incluir o artigo sobre bridge. Aqui fica a explicação sobre a solução de continuidade verificada e a afirmação de que tudo faremos para que se não venha a repetir.

NOTÍCIAS BREVES

Homenagem a Costa Gomes e a Carlos Vilhena

No passado dia 14 de Outubro, a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social homenageou, pelo seu contributo para a Paz no Mundo, o nosso sócio e ex-Presidente da República, Marechal Costa Gomes. Na mesma ocasião foi prestada uma homenagem póstuma ao Coronel Carlos Vilhena, nosso ex-sócio, que até às vésperas da sua morte, com quase cem anos, participou nas comemorações do 25 de Abril promovidas pela A25A.

Prémio Europeu de Arquitectura para Álvaro Siza

Mais um importante prémio foi atribuído ao nosso associado Álvaro Siza Vieira.
Desta feita é o Prémio Europeu de Arquitectura de 1988, que veio a ser atribuído pelo projecto do edifício de um banco em Vila do Conde.

Monumento ao 25 de Abril em Braga

A Câmara Municipal de Braga abriu um concurso público para a execução do projecto de um monumento ao 25 de Abril a erigir naquela cidade. Que o exemplo da bela cidade minhota seja seguido por muitas outras terras do País, são os sinceros votos da A25A.

MPLA-PT

A Direcção da A25A recebeu na sede da Associação, Domingos Ginga, membro do Comité Central do MPLA-PT, que a informou da situação então vivida na República Popular de Angola, e das previsões sobre a evolução posteriormente verificada naquele País da África Austral.

Exposição de João Luís

O nosso sócio e assíduo colaborador deste boletim, Coronel Pereira de Castro, realizou recentemente uma exposição dos seus trabalhos no Marinotel de Vilamoura.

Os Descobrimentos no Espaço CESL

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, com o qual a A25A celebrou um protocolo de cedência das suas instalações, promoveu nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, uma série de interessantes encontros sobre os Descobrimentos e os Povos contactados pelos Portugueses ao longo dos séculos.

Prémio Literário «Abril em Odemira»

A Câmara Municipal de Odemira instituiu recentemente o Prémio Literário «Abril em Odemira», que será atribuído nos géneros Conto, Conto Policial e Ficção Científica, com a colaboração da Associação Portuguesa de Escritores.

ASSOCIADO, PARTICIPA

— Julgamos não ter ainda esgotado as verdadeiras potencialidades associativas, que se poderão encontrar na disponibilidade de tempo de alguns associados para a efectivação de algumas tarefas, em regime de voluntariado.

— São as seguintes as áreas de actividade em que a participação dos associados poderá ser de especial importância:

  — Análise de imprensa
  — Análise de inquéritos promovidos pela A25A
  — Verificação de listagens
  — Trabalhos de informatização (Lançamento de dados no computador PC 1512)
  — Organização de colóquios ou outras iniciativas culturais
  — Organização das Comemorações do 15.º Aniversário
  — Actualização de estatutos
  — Representação da A25A

— Horário de funcionamento da Associação:

  — Dias úteis — das 9.30 às 17.30
  — Sábados, Domingos e Feriados — a combinar com o Secretariado

— Associado, contacte-nos e informe-nos da sua disponibilidade.

— A participação tem de ser a base essencial da nossa vida associativa.